



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66868 - PA (2021/0211971-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : MS ADVOGADOS E ASSOCIADOS
RECORRENTE : ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PORE KAYAPO
RECORRENTE : OLIVEIRA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADVOGADOS : JOSE DIOGO DE OLIVEIRA LIMA - PA016448
LUIZ ALEX MONTEIRO DOS SANTOS - PA022772
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : VALE S.A
ADVOGADOS : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO - DF006534
SÉRGIO BERMUDES - DF002192A
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750
ADILSON VIEIRA MACABU FILHO - RJ135678
GABRIELA DOURADO - DF031721
GUILHERME SILVEIRA COELHO - DF033133
GUIOMAR FEITOSA DE ALBUQUERQUE LIMA MENDES - DF002937
JOAO CARLOS BANHOS VELLOSO - DF049000
MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA - DF036464

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto por MS ADVOGADOS E ASSOCIADOS e outros contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ementado nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. EXPLORAÇÃO MINERÁRIA. FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PROVISÓRIA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DESTAQUE DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. DESCABIMENTO DO MANDAMUS. ART. 5º, II, DA LEI 12.016/2009. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA DO ATO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. AGRAVO INTERNO DO MPF PREJUDICADO.

1. Mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, impetrado contra ato atribuído a relator integrante da Quinta Turma deste Tribunal que reiteradamente vem indeferindo pedido de destaque de honorários advocatícios nos autos de agravo de instrumento.

2. Indefere-se o pedido de ingresso no feito da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará — OAB/PA, na qualidade de amicus curiae, uma vez que o Superior

Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que a OAB não possui interesse jurídico quando a pretendida admissão — em demandas que versem sobre honorários advocatícios — tem relação apenas com o sucesso da causa em favor de uma das partes, porquanto o mero interesse subjetivo no desate da lide não admite a habilitação de terceiro, na condição de amicus curiae (AgInt nos EREsp 1.537.366/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 27/05/2019).

3. Afirmam as impetrantes que a autoridade tida como coatora vem, reiteradamente, negando pedidos de destacamento de honorários e levantamento de alvará em nome de patrono com poderes específicos, o que "o que constitui flagrante violação a atividade da advocacia, ora essencial à Justiça".

4. A lei de regência sobre a matéria, Lei 8.906/94, assegura ao advogado, desde que juntando aos autos o contrato de honorários, o direito de destacar e ver pagos diretamente os seus honorários convencionados (art. 2º, § 4º). Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência: STJ, AgInt no AREsp 658.457/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019.

5. Contudo, só é admissível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial quando ausente recurso dotado de efeito suspensivo ou em caso de flagrante teratologia/abusividade (STJ, AgRg no RMS 47.289/TO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 17.4.2015).

6. Na linha do que sustentado pela autoridade impetrada em suas informações, revela-se incabível o mandado de segurança, uma vez que os embargos de declaração opostos pelas impetrantes contra a decisão que indeferiu o pedido de transferência dos valores depositados diretamente para conta corrente do escritório de advocacia foram recebidos como agravo interno, bem como a Vale S/A também interpôs agravo interno da decisão, cujos recursos ainda encontram-se pendentes de julgamento pela egrégia Quinta Turma do TRF/1 Região.

7. A pretensão das impetrantes, portanto, não pode ser atendida por meio do rito especial do mandado de segurança, uma vez que a questão relativa ao destaque dos honorários advocatícios ainda não se esgotou no âmbito do agravo de instrumento de origem (AI 0042106-84.2015.4.01.0000), tendo em vista que ainda pendente de julgamento os recursos de agravo interno interpostos pelas partes. Precedente do STJ: AgRg no MS 21.047/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, DJe 05/08/201.

8. Incabível se pretender a concessão de efeito suspensivo ao referido agravo interno, porquanto ausente a plausibilidade jurídica para o seu deferimento, uma vez que a pretensão de destacamento dos honorários (demanda eminente privada, no âmbito de ação civil pública proposta pelo MPF) não se revela cabível na espécie, pelo menos nessa fase processual. Por outro lado, não se ignora que o agravo interno pode se revestir de efeito suspensivo, nos termos do art. 995, parágrafo único, do CPC.

9. Sob outro enfoque, o caso não cuida de execução de julgado, situação em que, em tese, poder-se-ia cogitar da execução, nos próprios autos, dos honorários advocatícios

contratados entre as partes.

10. O mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal para que a parte busque a tutela jurisdicional imediata (STJ, AgInt nos EDcl no RMS 50.041/SP, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 28/05/2020).

11. Segurança denegada.

12. Prejudicados o agravo interno do MPF e o pedido de ingresso nos autos da Associação Floresta Protegida e da Associação Tuto Pombo (e-STJ fls. 1.715-1.716).

Os recorrentes narram que impetraram mandado de segurança perante o Tribunal de origem, apontando como ato coator, decisão judicial que teria indeferido o pedido de destaque dos honorários advocatícios, bem assim o levantamento dos valores pelos advogados constituídos nos autos.

Defendem a presença dos pressupostos que autorizam a concessão do efeito suspensivo, ao argumento de que os recursos pendentes de julgamento perante as instâncias ordinárias são desprovidos de efeito suspensivo, o que, em seu entender, caracteriza o cabimento do *writ*.

Ressaltam a probabilidade do direito invocado, tendo em vista o caráter alimentar dos honorários advocatícios, aduzindo que a decisão impugnada no *mandamus* afigura-se teratológica.

Sustentam a necessidade de provimento liminar, ao argumento de que os valores relativos à verba honorária poderão ser dissipados em virtude do acordo entabulado entre as entidades indígenas e a Vale S/A, e em função da denegação da ordem e da consequente revogação da liminar anteriormente deferida.

Requerem, liminarmente, a atribuição do efeito suspensivo ativo, para que seja determinado o destacamento/levantamento de honorários contratuais que estão incontroversos, na proporção indicada nos contratos de honorários. Pleiteiam, subsidiariamente, a suspensão dos efeitos do acórdão recorrido, de modo a restabelecer a liminar inicialmente concedida pelo relator. No mérito, pugnam pelo provimento do recurso, para que seja anulado o ato coator, com a confirmação em definitivo da medida liminar.

É o relatório. Decido.

A concessão de liminar em recurso em mandado de segurança pressupõe a constatação da presença simultânea dos requisitos autorizadores, vale dizer, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *writ*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que não restou demonstrada, de plano, a probabilidade do direito invocado, a ponto de autorizar a concessão da ordem, visto que a jurisprudência desta Corte Superior é uníssona no sentido de ser inadmissível a impetração do mandado de segurança contra ato jurisdicional, salvo em caso de teratologia ou flagrante ilegalidade.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA DECISÃO DA MINISTRA RELATORA DO RESP 1.869.959/RJ NA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. DEFERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. DECISÃO IMPUGNADA POR AGRAVO INTERNO AINDA NÃO APRECIADO NAQUELES AUTOS. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE

SUPERIOR. AGRAVO INTERNO CONTESTANDO INDEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR PELA VICE-PRESIDÊNCIA DO STJ PREJUDICADO.

1. **"A orientação desta Corte é pacífica sobre o descabimento de Mandado de Segurança contra ato jurisdicional dos órgãos fracionários ou de Relator desta Corte Superior, a menos que neles se possa divisar flagrante e evidente teratologia [...]"** (AgRg no MS 21.096/DF, Corte Especial, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 5/4/2017, DJe 19/4/2017).

2. **A utilização do mandado de segurança para refutar decisão judicial só tem pertinência em caráter excepcionalíssimo, quando tratar-se de ato manifestamente ilegal ou teratológico, devendo a parte demonstrar, ainda, a presença dos requisitos genéricos do fumus boni iuris e do periculum in mora.**

3. Na hipótese, não se verifica a ocorrência de decisão judicial teratológica, tampouco a existência de direito líquido e certo amparável pelo mandado de segurança, na medida em que foi impetrado contra decisão fundamentada, com motivação clara e consistente, embora em dissonância com a pretensão da ora impetrante.

4. Ademais, a via mandamental não é adequada para veicular típica pretensão recursal, no sentido de que a parte recorrente postula a correção de um suposto erro de julgamento, o qual, segundo alega, teria ocorrido na concessão de efeito suspensivo a recurso especial pela Ministra relatora nesta Corte. A propósito, consoante informações prestadas pela autoridade apontada como coatora à e-STJ, fl. 8.230, "contra a decisão que deferiu a tutela provisória houve interposição de agravo interno pelo INPI, ainda pendente de julgamento".

5. Mandado de segurança extinto sem julgamento do mérito, nos termos dos arts. 10 da Lei n. 12.016/2009 e 212 do RISTJ. Prejudicado o agravo interno que atacava o indeferimento de medida liminar pela Vice-Presidência.

(MS 27.173/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/05/2021, DJe 12/05/2021)

Nesse contexto, em que pese as alegações dos recorrentes acerca da possibilidade de que a verba honorária seja dissipada em virtude do cumprimento do acordo entabulado entre as entidades indígenas e a Vale S/A, e da precária situação financeira do escritório de advocacia, a ausência de um dos requisitos por si só obsta a concessão da medida.

Registre-se que a possibilidade de evitar possível prejuízo, sem a comprovação do risco de dano irreparável, não configura a necessidade concreta e urgente de concessão da tutela, a ponto de autorizar a atuação em regime de plantão.

Ademais, o pedido de liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, demonstrando a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, **indefer-se o pedido de liminar**, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência